

Os clássicos em Administração na percepção de professores de um programa de pós-graduação

The classics in Management in the perception of teachers of a postgraduate program

Alair Ferreira de Freitas¹
Simone Martins²

RESUMO: O objetivo deste estudo é compreender os significados e sentidos dos clássicos a partir da percepção de professores doutores vinculados a um programa de pós-graduação em Administração de uma universidade federal brasileira. Trata-se de uma pesquisa descritiva, realizada em junho de 2012, em que os dados empíricos foram obtidos por meio de entrevistas e analisados por meio da técnica de Análise de Conteúdo. As interpretações dos resultados apontam para a existência de uma heterogeneidade de concepções, às vezes divergentes entre si, mas demonstrando que os clássicos são uma construção social. Os achados indicam que as definições não são padronizadas e que, por isso, tentar prescrever as propriedades clássicas de um clássico seria um sério equívoco.

ABSTRACT: The objective of this study is to understand the meanings and senses of the classics from the perception of doctors teachers linked to a post-graduate program in administration of a federal university in Brazil. This is a descriptive study, conducted in June 2012, in which the empirical data were obtained through interviews and analyzed using the technique of content analysis. The interpretations of the results pointed to the existence of heterogeneity of concepts, sometimes divergent, but demonstrating that the classics are a social construct. The findings indicate that the definitions are not standardized and therefore try to prescribe the classical properties of a classic would be a serious mistake.

PALAVRAS-CHAVE: Clássicos. Administração. Teoria.

KEYWORDS: Classical. Management. Theory.

1 Doutorando em Administração pelo Centro de Pesquisas e Pós-Graduação em Administração (Cepead) da Universidade Federal de Minas Gerais. E-mail: alairufv@yahoo.com.br

2 Doutoranda em Administração pelo Cepead/UFMG e Professora do Departamento de Administração e Contabilidade da Universidade Federal de Viçosa. E-mail: simmone.martins@gmail.com

I. INTRODUÇÃO

Antecedendo qualquer esforço para buscar uma definição sobre os clássicos a partir da literatura especializada, este trabalho se inicia pelo exercício pessoal dos autores, que consistiu em perceber o quanto os clássicos estão presentes em suas trajetórias acadêmicas e que importância lhes é atribuída na prática e no discurso científico. Notou-se logo de início a dificuldade em alcançar o consenso, considerando posições ontológicas e epistemológicas diferentes, segundo as trajetórias individuais e as opções pessoais.

Definir o que é e qual a importância de um clássico à primeira vista parece ser tarefa fácil, mas ao se aprofundar nesta discussão é revelada uma série de fatores que conduziram a apontamentos diferentes sobre as obras clássicas, sua utilidade nas pesquisas acadêmicas e sua influência na forma de olhar e perceber o objeto de pesquisa e o contexto que o envolve.

Este primeiro exercício fez notar que as divergências entre as colocações sobre o significado e a compreensão dos clássicos eram algo “natural”, ou melhor, “naturalizado”. Isso porque as histórias de vida e a formação intelectual são diferentes, as posturas se distinguem diante do mundo, revelando as identidades acadêmicas como uma construção sócio-histórica. As “lentes” teóricas e opções profissionais fizeram com que um se aproximasse mais de clássicos associados a uma ciência mais objetiva, e outro a compreender os problemas da vida cotidiana a partir de uma reflexão mais profunda de como a sociedade é construída, revelando as particularidades que tornam a ciência mais subjetiva.

Não seria exagero dizer que as ideias, as teorias, os pensamentos e as contribuições contidas em obras clássicas se complementam, mesmo que em formas distintas de interpretar a realidade social. Entretanto, apesar desta convergência, na identificação dos clássicos cada um tomou sua posição, fazendo escolhas diferentes, o que certamente continuará influenciando as pesquisas e a forma de construir o conhecimento.

Percebendo que a definição de clássicos pode ser diversa, a depender de elementos culturais, sociais, econômicos, intelectuais e de todo processo de socialização pelo qual passaram e passarão os pesquisadores, optou-se, neste trabalho, em não reproduzir as definições clássicas contidas na literatura sobre o que é um clássico. Não obstante essas definições, torna-se relevante mostrar como pesquisadores que estão produzindo conhecimento no Brasil percebem e utilizam o que eles próprios definem como um clássico.

O objetivo deste artigo é compreender os significados e os sentidos dos clássicos para professores doutores vinculados a um programa de pós-graduação em administração em uma universidade federal brasileira. Trata-se de um estudo empírico-analítico, por isso foge ao seu escopo realizar uma densa exploração teórica sobre o tema, mas sim tomar como referência analítica os dados empíricos para fundamentar discussões teóricas. Explorar as percepções de professores universitários em nível de pós-graduação foi uma opção metodológica para discutir como estes sujeitos, responsáveis pela socialização de grupos de estudantes

(futuros professores universitários), representam um clássico na administração, e discutir as repercussões dessas percepções para uma definição mais geral sobre os clássicos e como eles assim se constituem.

Para tanto, propõe-se aqui apresentar os achados da pesquisa e discuti-los com base nas ideias de alguns autores, principalmente Calvino (1993), que, apesar de ter seus trabalhos intelectuais assentados na área de literatura e teoria da literatura, é uma referência tradicional na discussão sobre os clássicos, e Meneghetti *et al.* (2012), que desenvolveram argumentos críticos sobre os clássicos na área de estudos organizacionais, inclusive referenciando Calvino. Sabendo das diferenças temporais e temáticas destes trabalhos, não se supõe que sejam autores que compartilhem um mesmo universo teórico e, exatamente, por isso, foram buscados deles elementos que permitam desenvolver o objetivo proposto e não tratá-los como potencialmente convergentes. E mesmo que os autores utilizados neste trabalho sejam de áreas diferentes, o objetivo primeiro é discutir a noção de clássico (e não quais os clássicos), o que dispensa sua localização temática e temporal. Mas propõe-se aqui a discussão dos clássicos em administração, pois se trata da área de referência e atuação dos entrevistados.

A proposta deste artigo não é precisar imperativos [teóricos] com os quais se pode categorizar um clássico, mas discuti-los com base nas percepções dos entrevistados. Se a opção pela área da administração por um lado possibilitou captar uma ampla gama de concepções, ora convergentes ora divergentes, também gerou questionamentos acerca das noções sobre a própria administração. Mas de forma geral, situar o estudo no campo científico da administração, considerando sua heterogeneidade, possibilitou a identificação dos entrevistados com o objeto da pesquisa.

Para operacionalizar a análise sugerida, este artigo foi organizado em cinco partes, além desta introdução. Diante dos objetivos propostos, optou-se por não estabelecer um tópico exclusivo para alocar o referencial teórico. As referências teóricas se fazem constitutivamente presentes em todos os tópicos do trabalho, não em uma condição marginal, mas basilares às análises empreendidas. Na seção 2, a seguir, são apresentadas as questões metodológicas que orientaram a investigação, situando o ponto de partida teórico e o processo de pesquisa. Na seção 3, discute-se o que é clássico em administração, apresentando as categorias analíticas constituídas com base nas entrevistas, discutindo-as a partir das referências teóricas. A seção 4 apresenta as motivações dos sujeitos de pesquisa para lerem os clássicos em administração, informações essas também categorizadas e discutidas seguindo o modelo da seção anterior. Por fim, na seção 5, são apresentadas algumas considerações finais.

2. QUESTÕES METODOLÓGICAS

Ao buscar na literatura uma definição sobre clássicos, nota-se a importância a eles atribuída e ao mesmo tempo apontamentos sobre o risco das leituras dos clássicos que se fazem de segunda mão, sem o aprofundamento que permitisse

uma compreensão e uma reprodução adequadas. A literatura consultada corroborou as expectativas de que não se encontraria uma definição consensual ou elementos objetivos que taxativamente definiriam um clássico.

Calvino (1993, p. 10-11) apresenta em seu livro uma série de definições para os clássicos, utilizadas para balizar os achados desta pesquisa, entre elas: “os clássicos são livros que exercem uma influência particular quando se impõem como inesquecíveis e também quando se ocultam nas dobras da memória, mimetizando-se como inconsciente coletivo ou individual”. Nesta definição, o autor dá a entender que cada pessoa pode ter seus próprios clássicos, que obras que influenciam um sujeito ou um pesquisador podem não influenciar outro. Portanto, é intrínseco que tal definição não seja uma enunciação teórica natural, mas permeada por nuances e intervenções particulares de indivíduos e grupos sociais.

A qualidade dos clássicos, como categoria e representação do conhecimento, geralmente associadas aos campos científicos, caso dos clássicos em administração, pode ser atribuída a autores como Karl Marx, ou a certas obras, como “O Capital”, de Marx. De forma geral, estas referências construídas em torno de uma obra ou autor, sedimentadas nos campos científicos ou entre eles, constituem conhecimentos institucionalizados. Como mencionado, “Marx” e “O Capital” podem não ser considerados clássicos em um programa de pós-graduação em administração, mas podem ser, contrariamente, a principal base de pesquisas em outro da mesma área.

Em consonância com essa discussão, Meneghetti *et al.* (2012) mencionam que a atribuição de clássico, seja a um autor ou a uma obra, implica interpretação por parte de quem define. Pode-se dizer, assim, que se trata de um processo subjetivo de produção de sentidos (*sensemaking*) que, como tal, não é deslocado da trajetória e dos valores desse indivíduo. Para os autores, isso requer compreensão acerca do contexto e da validade do clássico, ou seja, sua historicidade e legitimidade num determinado campo científico.

Para além de definir um *ranking* dos clássicos na administração ou de buscar meios instrumentais de rotulá-los, o caminho metodológico percorrido nesta pesquisa foi trilhado por meios qualitativos para apreender percepções que indiquem pistas discursivas sobre os clássicos na administração.

A identificação dos sujeitos da pesquisa foi do tipo não-probabilística, utilizada quando, sem que se use suporte estatístico, o pesquisador é responsável por esta definição (MATTAR, 1996), cujo critério para escolha dos pesquisadores e da instituição foi por acessibilidade. Inicialmente, foram feitos contatos com todos os quatorze professores doutores do programa de pós-graduação em administração da universidade X, sendo que oito deles concordaram em participar desta pesquisa. Três deles concluíram o doutorado na década de 1990, dois o fizeram em uma universidade no exterior. Os outros quatro professores concluíram o doutorado na década de 2000, todos no Brasil. Dos oito entrevistados, apenas um era do sexo feminino.

A técnica de coleta de dados utilizada foi a entrevista de roteiro semiestruturada, realizada em junho de 2012. As entrevistas foram realizadas individualmente nos próprios gabinetes dos professores no campus da universidade e tiveram duração média de 25 minutos. As perguntas que compuseram o roteiro das entrevistas objetivaram identificar as percepções sobre o significado de clássicos em administração e os motivos para lê-los.

Para a análise dos dados, foi utilizada a técnica da Análise de Conteúdo, com grade aberta, permitindo emergir a descoberta de significados a partir dos seus elementos manifestos (BARDIN, 1977; TRIVIÑOS, 1987). Pretendeu-se com essa técnica identificar categorias que representassem aspectos relacionados aos clássicos em administração. Para tanto, após transcritas as entrevistas e organizados os depoimentos por proximidade de sentido, foram definidas as categorias que melhor expressavam esse conteúdo. Não se trata de uma categorização de tipo positivista, que anula a voz dos sujeitos da pesquisa. Alinhado aos propósitos epistemológicos dos autores, de base interpretativa, buscou-se construir as categorias a posteriori, sempre referenciadas pelas falas dos informantes, que serão expostas no texto.

Dos oito professores entrevistados, sete apresentaram uma definição para os clássicos e admitiram sua importância para o desenvolvimento de suas pesquisas. Entretanto, um professor disse não utilizar ou não se preocupar com este tipo de leitura para dar suporte às suas pesquisas, tendo como justificativa o fato de direcioná-las para soluções de problemas práticos das organizações. Esse informante, mesmo não respondendo à pergunta categórica do roteiro e, por isso, redirecionando a entrevista, não foi excluído dos sujeitos da pesquisa, pois sua concepção também trouxe importantes elementos para agregar à discussão sobre os clássicos.

Adotando um grupo heterogêneo como referência empírica, não se pode homogeneizar suas percepções para definir estritamente o que é um clássico em administração para os professores do programa de pós-graduação em administração da universidade X. Os clássicos poderiam ser indicados com referência a uma tradição gerencialista que apregoa uma visão instrumental do processo de gestão com o fim de racionalizar o trabalho para maximizar os ganhos, concepção historicamente difundida e que acompanha a noção de *management*. Mas se esses forem os clássicos em administração para os pesquisadores, o que dizer daqueles autores e obras sobre os quais se edificaram as ciências subjetivas e transcendentais e daqueles que analisaram a gênese da organização do trabalho e a burocracia como forma de organização! Não o são?

Retoma-se aqui o pressuposto de que a definição de um clássico é algo particular, mas sem esquecer de que é decorrente de um processo, desencadeado por instituições e coalizões que buscam difundir e legitimar esta noção. Portanto, poderia ser dito também do clássico como a definição de um rótulo, que possui uma origem determinada, mas lhe é característica certa transcendência na história, mesmo que suas formas de apropriação sejam

alteradas. Se for desta forma, cabe perguntar: Quando? Por quê? Para quem?

3. O QUE É CLÁSSICO EM ADMINISTRAÇÃO?

Para definir um clássico, Calvino (1993) mostra não ter uma resposta única, mas sim uma diversidade de suposições que impossibilitam o consenso. Isso também é encontrado em Porter (2005), que argumenta acerca da inexistência de “propriedades clássicas”. Estas questões foram confirmadas nos discursos dos sujeitos de pesquisa, Quadro 2, e categorizadas a partir de suas falas, mostrando as diferentes, e às vezes divergentes, percepções sobre os clássicos em administração para os entrevistados, associadas ao processo subjetivo de produção de sentidos e à busca da legitimidade no campo em que atuam.

Quadro 1 – Definição de Clássico para os pesquisadores

Categoria analítica	Sentidos da categoria	Entrevistado
Conhecimento testado e comprovado	Conhecimento válido, socialmente reconhecido e cientificamente respaldado	E1
Fundamento básico do conhecimento	É a base/origem das teorias	E2, E3, E5
Pioneiros/precursores	Sentido histórico e de possibilitar novas abordagens	E2, E4, E7, E8
Conhecimento atemporal	Permanecem atuais, independentemente da época de origem	E5
Conhecimento complexo	É mais denso e profundo; complexo de compreender	E1
Limitação à “praticidade” dos estudos	Não utiliza clássicos. Sentido de que a prática é que ordena o conhecimento e não a teoria	E6

Fonte: Dados da pesquisa (2012).

As categorias apresentadas no Quadro 1, apesar de diferentes, guardam a similaridade de atribuir aos clássicos uma importância que extrapola o tempo histórico, importância como suporte ao desenvolvimento de novos conhecimentos para soluções de práticas da vida cotidiana, o que os torna, segundo Meneghetti *et al.* (2012, p.2), “referência nas diversas épocas e para diversos públicos.” Para melhor compreensão das definições expostas pelos entrevistados, que atribuem sentidos que vão de um caráter instrumental e básico ao complexo e atemporal, apresentar-se-á a análise das categorias separadamente.

3.1. CONHECIMENTO TESTADO E COMPROVADO

Esta categoria apresenta um sentido mais funcional aos clássicos, como se lhes

fosse atribuída função de permitir o desenvolvimento de pesquisas com base sólida, resguardando o pesquisador de possíveis críticas, já que é um conhecimento validado. O entrevistado E1 assume como clássico “aquilo que é o referencial, testado e comprovado. Comprovado cientificamente”. Nota-se a preocupação de fazer ciência a partir de algo que já é aceito e, portanto, livre de contestações.

Assim, um clássico seria aquele reconhecido e validado por um determinado campo e, como tal, possui respaldo para ser “reproduzido” e estender sua legitimidade aos trabalhos que o utilizam. Entretanto, não ficou evidente quem reconhece e valida uma obra ou se isso é um processo natural devido a uma relevância nata. Mas, com base na revisão feita para este trabalho, pode-se argumentar, de um ponto de vista crítico, que o processo de legitimação não é uma decorrência natural da ciência, pois envolve opções pessoais, ações coletivas e conflitos.

Pode-se sublinhar diante disso que se trata mesmo de um objeto representado como reconhecido; é a representação social³ do entrevistado sobre algo que ele qualifica como testado e comprovado, mesmo que esta comprovação não lhe esteja objetivamente acessível, pois lhe foi simbolicamente compartilhada pelos seus pares. Ao definir um clássico como algo dado e certo, será que o pesquisador estaria se limitando a reproduzir o conhecimento de maneira acrítica? Isto estaria em contradição com Calvino (1993, p. 12), que, em suas definições de clássico, diz que se trata de “uma obra que provoca incessantemente uma nuvem de discursos críticos sobre si...”?

Aqui notamos uma ambiguidade que perpassa pela essencialidade dos clássicos de legitimar a produção do conhecimento, mas ao mesmo tempo o risco da imposição dos clássicos como uma razão coletiva que pode inibir a autonomia relativa dos pesquisadores. Como disse Van de Ven (1989), citando Pogge, uma maneira de ver é uma maneira de não ver. Se uma maneira de ver é sempre mediada por “lentes” que são transmitidas como as válidas, e que como tal se apropria indiscriminadamente, opta-se, consciente ou inconscientemente, por assim enxergar o mundo, excluindo outros ângulos de visão.

3.2. FUNDAMENTO BÁSICO DO CONHECIMENTO

Nesta categoria, foi atribuída aos clássicos a importância de serem a origem do pensar científico, de se constituírem o baluarte da ciência moderna e de toda produção acadêmica. Para o entrevistado E2, o clássico é “o pilar, que deve dar sustentação ao desenvolvimento de grandes temas”. Tal definição foi com-

3 Para Jodelet (2002, p. 22), as representações sociais são “uma forma de conhecimento, socialmente elaborada e partilhada, com um objetivo prático, e que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social”. As representações sociais são particularmente importantes neste contexto porque, de acordo com esta autora, guiam os comportamentos dos grupos e indivíduos no modo de “[...] nomear e definir conjuntamente diferentes aspectos da realidade diária, no modo de interpretar esses aspectos, tomar decisões e, eventualmente, posicionar-se frente a eles de forma defensiva” (JODELET, 2002, p. 17).

partilhada por E3, ao defini-los como aqueles “que estabeleceram os alicerces da ciência”. As metáforas “alicerce” e “base”, encontradas no discurso de E3, reafirmam a concepção de que se trata da sustentação que, como tal, condicionaria todo o empreendimento científico, pois, sem bases sólidas, o risco de desmoronamento é evidente.

Mas como fundamento básico, os clássicos não deixam de ser contextualizados, pertencentes a um momento histórico e possuidores de múltiplos significados, já que despertam interpretações variadas em seus leitores-admiradores. Para Calvino (1993, p. 11), “Os clássicos são aqueles livros que chegam até nós, trazendo consigo as marcas das leituras que precederam a nossa e atrás de si os traços que deixaram na cultura ou nas culturas que atravessaram (ou mais simplesmente na linguagem ou nos costumes)”. Assim, apesar de serem a “base”, não o são isoladamente, pois carregam consigo certa história, que condiciona as configurações desse alicerce.

3.3. PIONEIROS/PRECURSORES

Esta categoria, assim como a que a antecede, traz consigo um sentido histórico e uma perspectiva de possibilitar novas abordagens a partir de uma clássica que seria a precursora. Para os entrevistados, os autores clássicos são aqueles que iniciaram de forma pioneira a ciência da administração, definidos por E2 como “aqueles que tornaram possível o desenvolvimento de outras obras..., que são exemplos e servem de orientação”.

Nestas definições, está presente o caráter de descoberta a partir do pioneirismo, de maneira que ele auxiliasse a produção do conhecimento científico, o que é ratificado nas palavras do E7, quando define um clássico como

[...] um trabalho que foi seminal, que deu muitos frutos, que abriu correntes e possibilitou estudos posteriores, na mesma ótica ou óticas semelhantes por um longo período de tempo. Mas também é aquele trabalho que abriu novas abordagens. Portanto, um clássico é constituído destas duas coisas, de sua aplicação e expansão em estudos posteriores e de abrir possibilidade de abordagens diferentes a partir dele.

Na concepção do entrevistado, porém, pode-se perceber um caráter finito dos clássicos, que influem por “um longo período de tempo” e não infinitamente ou atemporalmente. Entretanto, ele conserva, nesse período, suas características precursoras, abrindo correntes e possibilitando novos estudos e novas abordagens, mesmo que diferentes, originadas de uma contraposição a suas ideias. Assim, a leitura de um clássico parece ser um processo dinâmico, que chega a ser criativo diante das possibilidades de se criar o semelhante ou o diferente. Para Calvino (1993, p. 11), “toda releitura do clássico é uma leitura de descoberta, como a primeira”. Ele não é acabado e todas as leituras que forem feitas, percebendo que eles sempre têm algo a dizer, reafirmam sua condição “protagonista”.

Desta forma, como afirmou o entrevistado E8, uma obra clássica é “aquela a partir da qual foi possível avançar no conhecimento e que tem clara influência na evolução do pensamento administrativo”. E só é possível avançar, na percepção do entrevistado, se se souber o ponto de partida, quem já iniciou pioneiramente esse percurso e que, por isso, influencia quem decide também percorrê-lo. Isso significa que a obra clássica pode criar uma essencialidade que a separe do seu próprio autor, que nem se vê na possibilidade de mencionar tudo o que a sua obra tem a dizer.

3.4. CONHECIMENTO ATEMPORAL

Neste item, os pesquisadores enfatizam o caráter atemporal como uma característica intrínseca a um clássico, ou seja, ele independe do tempo em que foi escrito e apresentado à coletividade. Por esta atemporalidade, ele permanece atual e com potencial para continuar auxiliando a produção do conhecimento. Portanto, um clássico não tem prazo de validade ou expectativa de vida, mesmo que se pense em um longo tempo, como mencionado na categoria anterior pelo entrevistado E7. Essa característica supostamente “definidora” de um clássico reforça a atualidade dos antigos clássicos que, apesar de contextualizados à sua época, não se perdem no tempo. De acordo com Calvino (1993, p. 15), consoante essa discussão, “é clássico aquilo que persiste como rumor, mesmo onde predomina a atualidade mais incompatível”. Nesse sentido, mesmo que o contexto histórico no qual emergiu seja incompatível com o contexto atual, o clássico se manifesta e se torna presente, mesmo como “rumor”. Talvez isso aconteça porque, para aquele autor, “um clássico é um livro que nunca terminou de dizer o que tinha pra dizer”.

Outro destaque é dado pelo entrevistado E5, que define como “berço, a fonte inicial de um conceito ou de uma teoria que se considera, independentemente da questão temporal, como algo essencial à vida acadêmica, em que temos pesquisa, ensino e extensão”. Nessa concepção, o entrevistado articula as outras duas categorias, mas as associa à característica que lhe parece indissociável, que é a atemporalidade, de maneira que o clássico seja a fonte de uma teoria, mas de uma teoria independente de um tempo prescrito, predeterminado. Calvino (1993, p. 9-10) ainda contribui com esse debate argumentando que o clássico é “aquele que tende a relegar as atualidades à posição de barulho de fundo, mas ao mesmo tempo não pode prescindir deste barulho de fundo”. Ele reitera, assim, que se trata de uma obra que não se torna desatualizada e que continua influenciando as gerações atuais, que não desconsidera a atualidade e os mais recentes acontecimentos, mas os trata em profundidade, levando a discussões históricas, se deslocando de uma “prisão cronológica”. Comungando desta definição de Calvino (1993), para exemplificar, E5 resgata clássicos como Taylor, Weber e Fayol, dizendo que eles foram “utilizados no início do século passado e ainda são utilizados em estudos na área de administração”. Portanto, é explícito o destaque dado a certo caráter transcendente dos clássicos, que perpassam gerações e fatos históricos.

Mas isto não significa que obras contemporâneas não possam ser consideradas clássicas. Em 2002, em comemoração aos 35 anos da Revista de Administração Pública, a Abas – Programa de estudos de administração brasileira realizou uma pesquisa com o propósito de identificar os artigos do periódico que podiam ser considerados clássicos. Apesar da dificuldade que admitem em classificar um artigo como clássico, mantiveram como uma de suas características principais a atemporalidade, sendo uma obra cujo valor foi posto à prova do tempo (MARTINS, 2007). Nos resultados, foram revelados dez clássicos, que guardam as mesmas características expostas pelos entrevistados e por Calvino, ressaltando, então, a transcendência histórica.

No entanto, não se trata de um consenso sobre tal característica. Como mencionado por Porter (2005), não existem atributos clássicos que estejam de posse do objeto e capazes de lhe inculcirem uma condição transcendente. A questão está na aparência, contextualmente definida, mas que também pode ser atualizada, reorientando as representações sociais sobre o objeto. No mesmo sentido, Meneghetti *et al.* (2012) afirmam que a atemporalidade do clássico, como característica descontextualizada, na verdade é uma expressão de valor, como uma preferência socialmente construída que atribui a aparência de clássico a uma obra.

3.5. CONHECIMENTO COMPLEXO

“Clássicos a gente não lê uma vez só, lê umas cinco vezes para compreender o que quer falar” (E1). Complexidade do conhecimento que um clássico busca expressar é parte do sentido dado por E1 em sua definição, como algo mais “denso” e “profundo”; “complexo de compreender”. Esta complexidade também é exposta na definição de Calvino (1993, p. 12), quando lembra que “os clássicos são livros que, quanto mais pensamos conhecer por ouvir dizer, quando são lidos de fato mais se revelam novos, inesperados, inéditos”. Talvez esta definição mostre que a complexidade está na profundidade, na possibilidade de compreensão, que se dá de maneira diferenciada naqueles que os leem. E é provável ainda que nesta complexidade resida o fato de que nunca se diz estou lendo, mas relendo, ou que cada leitura é uma descoberta. Para Calvino (1993), toda releitura de um clássico é um novo reencontro e que este aproveitamento da leitura ou releitura depende da maturidade intelectual do leitor.

Esta última categoria traz consigo a complexidade inerente à própria classificação de um clássico que, pela diversidade de posicionamentos quanto à definição, induz a crer que o consenso dificilmente seja alcançado ou até desejado. Contudo, a representação da complexidade de um clássico pode se tornar uma limitação à sua leitura, especialmente quando esta representação, formada por um professor, é compartilhada com seus alunos. Por outro lado, pode-se mobilizar tal “complexidade” como a fonte, ou a oportunidade, para desenvolver a maturidade intelectual e, assim, superar os “fáceis” manuais de administração com conteúdo prescritivo que por vezes são as referências básicas de cursos de administração.

3.6. LIMITAÇÃO À “PRATICIDADE” DOS ESTUDOS

Os clássicos, como já exposto, podem ser apresentados como pilares, como bases, como obras atemporais, mas não existem evidências que conduzam a crer que são fontes de certeza, porque sua leitura está a depender de proposições individuais. Há leitores que por não encontrarem respostas prontas não se auxiliam nos clássicos como fontes de novas reflexões e optam por não lê-los. Há aqueles que acreditam que é a prática que ordena o conhecimento e não a teoria, como admite o entrevistado E6: “[eu] trabalho com dados quantitativos e proponho atender ao objetivo da pesquisa. O cunho é prático. Há uma valorização da prática de acordo com as proposições de pesquisa”.

Apesar de E6 utilizar como justificativa para a não leitura dos clássicos o fato de atribuir às suas pesquisas um cunho prático, fica a dúvida se esta seria uma opção consciente a partir de leituras dos clássicos e que diferencia este pesquisador, possibilitando enxergar o mundo de maneira objetiva e, assim, criar seu próprio esquema de pensamento para desenvolver suas pesquisas quantitativas ou não. Questiona-se, ainda, se devido à dificuldade de talvez contextualizar suas pesquisas com o possível contato passado, simplesmente os ignora e se põe na condição de analisar sua realidade a partir de uma prática mais facilmente objetivada. Mas esta concepção, que a priori pode parecer deslocada das demais, contém um posicionamento do entrevistado sobre os clássicos, mesmo que seja divergente. Para ele, os clássicos não são a fonte do conhecimento ou um símbolo de transcendência, são uma “limitação à praticidade dos estudos”, uma vez que prioriza a “prática” como meio de produção do conhecimento.

Isso trouxe uma série de questionamentos acerca das definições de clássicos. Um deles, reafirmando o pressuposto inicial, é que realmente cada um possui seu “ponto de vista”, que o particulariza. Outro, mais profundo, não se limita a esta discussão, mas se relaciona com a dicotomia teoria X prática. Com o auxílio de Marsden e Townley (2001), pode-se dizer que a prática pode estar sendo interpretada como antítese da teoria, ou seja, como não teórica, o que é frequentemente observado no senso comum em termos de um bipolarização. Se assim o é, a prática é isolada como a fonte do conhecimento, mas não como teórica, talvez sua antecessora. Nesse sentido, a teoria aparece como mundo do pensamento e a prática como o mundo da ação. E a administração, numa concepção gerencialista e pragmática, exige o reforço dessa dicotomia para a formulação de um conhecimento prescritivo, aliado ao mundo da ação e, por isso, voltado eminentemente à prática.

Diante destas categorias, que expressam concepções diferentes e até divergentes dos entrevistados, pode-se perceber que mais do que questionar sobre a qual objeto se dirige a noção de clássico, é preciso identificar quem são os sujeitos que a ele se dirigem dessa forma. Como explica Porter (2005, p.54), “o clássico nunca é apreendido diretamente: ele sempre vem indiretamente e de segunda mão, que significando dizer que é a transferência, não meramente

da percepção, mas de uma ilusão, ou fantasia, sobre o passado”⁴. Partindo dessa afirmação, destaca-se que os clássicos são socialmente constituídos, adicionando a questão central levantada pelo autor de que nossa apreensão inicial na definição do clássico não se dirige sobre o objeto em si, mas sobre a representação social construída em torno dele.

4. POR QUE LER OS CLÁSSICOS EM ADMINISTRAÇÃO?

Ao buscar identificar uma definição para clássicos, percebe-se que, apesar de não haver consenso, é comum uma associação a obras com características de qualidade, originalidade e relevância e a um caráter atemporal, podendo ser repetido em épocas consecutivas. Muitos dos motivos identificados para leitura dos clássicos se confundem com a própria definição do clássico, com uma justificativa de serem “os clássicos” atributos que lhe são constitutivos. Entretanto, os motivos não divergem tanto quanto à definição, parecendo haver entre os sujeitos da pesquisa uma motivação para a leitura e a utilização dos clássicos para garantir uma inserção no seu campo de atuação, exceto para aquele que não os utiliza, que não pôde ser relacionado entre as categorias analíticas apresentadas no Quadro 2.

Os motivos apresentados pelos pesquisadores guardam uma relação com a prática da pesquisa e com a necessidade de sua legitimação. Mas também indicam o reconhecimento de uma base conceitual que permite reflexões sobre os fatos, como se os clássicos emprestassem uma lente para o pesquisador se debruçar nos desafios de compreender sua realidade. No sentido de permitir melhor entendimento dos motivos que estes elencaram, são apresentadas as categorias separadamente, como feito no tópico anterior.

4.1. OPERACIONALIZAR A PRÁTICA

Para os entrevistados, os clássicos possibilitam compreender as questões práticas como uma lente para analisar a ação, as atividades dos indivíduos e os reflexos para a pluralidade. Segundo E7, deve-se ler os clássicos porque são a “base para as formas do conhecimento, para poder operacionalizar a prática, constituindo o referencial de tudo que existe para realizar a prática”. Ao atribuir valor aos clássicos, E7 imputa elementos objetivos e subjetivos que interagem para produzir uma ação. Entretanto, indicou uma concepção mais instrumental, à medida que ler os clássicos seria importante para executar/operacionalizar a prática. Se assim for, até que ponto os clássicos contribuem para a independência intelectual do pesquisador? Se o sentido de ler os clássicos estiver atrelado ao fato de aplicação prática de algo já consagrado, não se sabe se os próprios anseios dos pesquisadores estão guiando suas investigações ou se prevalece uma simples necessidade de

⁴ Passagem no original: The classical is never directly apprehended: it always comes indirectly and secondhand, which is to say that it is the transference not merely of a perception, but of an illusion, or fantasy, about the past.

continuar reafirmando algo que no passado já foi aceito como verdade.

Quadro 2 – Motivações dos pesquisadores para leitura dos Clássicos

Categoria analítica	Sentidos da categoria	Entrevistados
Operacionalizar a prática	Possibilita compreender as questões práticas, no sentido de uma lente	E1, E7
Para dar sustentação teórica	Ter referências sólidas e orientações concretas para desenvolver o conhecimento e compreender a realidade	E2, E3, E4, E5, E7
Diminuir os riscos e erros na produção do conhecimento	Lendo aqueles que já são consolidados, enxerga melhor os desafios e acerta mais	E2
Legitimar trabalhos acadêmicos	Porque os clássicos dão respaldo e legitimidade quando citados	E2, E7
Conhecer a origem do pensamento científico	Saber de onde partem os pensadores atuais, as origens do pensamento administrativo contemporâneo	E5, E8

Fonte: Dados da pesquisa (2012).

Para Meneghetti *et al.* (2012, p. 5), “Os clássicos não têm utilidade específica, como os livros didáticos têm no processo de ensino-aprendizagem, por exemplo. Não se caracterizam como elemento pragmático de construção do conhecimento [...]”. Neste argumento, os clássicos quando associados à prática se tornam quadros de referência para sua compreensão, sem um sentido instrumental de operacionalizá-la. Contudo, é preciso preservar as devidas individualidades, tanto do entrevistado como destes autores, com posicionamentos divergentes. Não há que afirmar qual posicionamento seja certo, mas visualizar que as posições e oposições existem e repercutem sobre a prática acadêmica.

4.2. PARA DAR SUSTENTAÇÃO TEÓRICA

Nesta categoria, os pesquisadores demonstram preocupação com uma base teórica sólida que possa ser útil para suportar as discussões travadas nos trabalhos acadêmicos (para os quais é buscado reconhecimento de outros pesquisadores), além de nortear o desenvolvimento do conhecimento e auxiliar na compreensão da realidade. Esta motivação pode ser percebida na fala do entrevistado E2, segundo o qual é importante ler os clássicos “para buscar orientação sólida, ou com mais solidez, em tudo aquilo que deu certo, que foi de sucesso, que vai servir de uma base, para respaldar o conhecimento com profundidade numa base sólida”. E ele ainda complementa, indicando que os clássicos não devem se sobrepor à criatividade e à liberdade intelectual do pesquisador e anulá-las: “podem até se

contrapor, mas servem de orientação para todo o desenvolvimento posterior. Temos que nos basear neles para dar sustentação, para defender as nossas ideias”.

Aqui se pode inserir a discussão do que Meneghetti *et al.* (2012, p. 4) denominaram de “o caráter conformador dos clássicos”, pois parece haver similaridades. Este caráter se refere ao fato de que as obras clássicas deixam de ser pontos de partida e fundamento básico para reflexões e passam a ser apoios irracionais que servem para acalmar consciências inquietas de leitores que buscam certezas e corroborações para suas expectativas em relação ao processo de pesquisa. Apesar da busca por orientação, o entrevistado a associa a empreendimentos que deram certo e ao que foi sucesso, como se de certa maneira isso fosse mesmo conformar as pesquisas.

Com o propósito de justificar a leitura dos clássicos na busca de uma sustentação teórica, emerge na fala do entrevistado E7 uma imbricação com os caminhos metodológicos utilizados para a realização das pesquisas. De acordo com E7, “a generalização típica das ciências naturais se dá por meio da aplicação teórica em diferentes contextos. Não é a amostragem que torna a teoria verificada, mas o modelo analítico ou conceitual, em que importam os clássicos, e que permitem uma compreensão ampla”. A relação aqui entre clássicos e construção de um modelo conceitual parece relativizar o pragmatismo e o caráter conformador, não para defender posicionamentos a priori, mas para gerar uma compreensão mais ampla sobre a realidade.

4.3. DIMINUIR OS RISCOS E OS ERROS

Nesta categoria, os entrevistados justificam a leitura dos clássicos, entendido como “conhecimentos consolidados”, para enxergar melhor os desafios e garantir maior aceitabilidade (o que atribuem às possibilidades de acertos) e, conseqüentemente, redução de erros. Aqui também parece ressoar certo “caráter conformador” na leitura dos clássicos para a redução de incertezas.

De acordo com E2, “se você desenvolve qualquer trabalho que é derivado de temas consolidados, clássicos, a probabilidade de acertar é grande, diminui o risco de errar”. Essa concepção reafirma uma preocupação com a redução de incertezas, quase como um princípio para utilização de clássicos. De acordo com Van de Ven (1989), a ênfase excessiva na validação do conhecimento ao invés da real utilidade para julgar a aceitabilidade de uma teoria e sua aplicação em uma pesquisa pode incorrer em teorias triviais. Essa questão, para a autora, está associada ao fato de a maior parte dos pesquisadores estar “presa” a conceitos e teorias em que foram treinados e socializados, os quais julgam, pela representação que lhes foi inculcada, serem consolidadas e com menor margem de erro.

Isso implica considerar também, como o fizeram Meneghetti *et al.* (2012), que o termo clássicos normalmente é apropriado como uma categoria *taken for granted*, como algo poucas vezes questionado e até naturalizado como popular. E alertam que isso acontece sem que haja uma perspectiva crítica para sua

apropriação na condição de referencial para o desenvolvimento do conhecimento, sendo reproduzido como verdade e, como tal, supostamente diminuindo riscos.

4.4. LEGITIMAR TRABALHOS ACADÊMICOS

Esta categoria guarda relação com outras anteriores, parecendo permear todos os discursos, mesmo que de forma marginal. Mas é ressaltada aqui, pois vai um pouco além, uma vez que não apenas apresenta preocupações relativas aos riscos e aos erros, mas mostra a “vantagem” de ler os clássicos por permitir dar respaldo aos resultados de pesquisas, como pode ser observado na fala do entrevistado E7, quando ele apresenta a justificativa de que “eles legitimam os trabalhos científicos”. Os clássicos seriam, assim, fontes de legitimidade para a validação de um trabalho nos campos científicos, de maneira que, não citar um clássico, poderia ser interpretado como imaturidade intelectual, ou até mesmo, para os admiradores dogmáticos, descaso ou afronta.

Mais uma vez se questiona onde fica a liberdade intelectual quando a leitura dos clássicos passa a ser condicionada a uma preocupação (ou, é verdade, condição para permanência no campo) com a legitimação, ao respaldo para que a sua produção de conhecimento seja por outros citados, e, assim, lhe seja possível ocupar um espaço ou um lugar nos *rankings* de produção acadêmica sem, talvez, um compromisso com as questões relativas ao saber científico e ao comprometimento da ciência com a sociedade. Retoma-se a categoria *taken for granted*, pois não se trata de se apropriar do conhecimento de um clássico, mas sim de incluí-lo nos trabalhos científicos, mesmo que superficialmente e sem questionar ou conhecer suas reais contribuições.

Aos clássicos, nessa perspectiva, é conferido estatuto privilegiado de conhecimento legítimo. E mesmo que ele não seja produto de um consenso na comunidade acadêmica, é reconhecido como válido pelos elementos simbólicos que o revestem. “Toda primeira leitura de um clássico é na verdade uma releitura” (CALVINO, 1993, p. 11), pois já ouvimos falar, já fomos apresentados de alguma forma, mesmo que não diretamente nos termos do clássico, mas a suas ideias (ou também ideais) nos processos de socialização. Reafirma-se, aqui, o papel simbólico dos clássicos nas concepções de por que razão lê-los, indicando uma motivação subjacente ao seu uso.

4.5. CONHECER A ORIGEM DO PENSAMENTO CIENTÍFICO

Esta categoria difere em relação às demais, pois mostra uma preocupação dos pesquisadores em se colocar numa posição mais crítica e reflexiva em relação à realidade, muitas vezes reificada. Saber de onde partem os pensadores atuais, as origens do pensamento administrativo contemporâneo, pode levar a novas descobertas, aceitações e contraposições aos clássicos naturalizados no *management*, novos posicionamentos que permitirão uma leitura diferenciada e desprovida da necessidade única de legitimação.

Na fala do entrevistado E8, “porque se não ler os clássicos será um

mero reproduzidor de alguém que leu”, observa-se uma preocupação em realizar uma leitura na origem, sem se prender apenas às reproduções, correndo o risco de tornar o pesquisador um indivíduo acrítico. Demonstrando este tipo de preocupação, E8 faz uma analogia:

[...] ler os clássicos é igual a comprar alface na barraquinha da esquina. Se você não conhece o produtor, apenas compra e vai embora, sem saber a procedência; leva-a assim mesmo e acredita que seja boa. Se você não conhece o produtor, não sabe que além da banca tem muita coisa por trás do pé de alface. Não sabe a origem dele, se levou adubo, se foi uma família que cultivou, enfim, a maneira como ele foi produzido.

Este é um risco que pode ser evitado procurando as origens ao revisar obras tradicionais, mas com o pensamento de que o conteúdo destas obras não foi posto para lhe vestir numa camisa de forças, mas para lhe emprestar uma lente que lhe permita enxergar com mais clareza a realidade e se posicionar diante dela, tendo claro que se trata de uma opção entre as várias lentes possíveis. Nesse sentido, como afirma Calvino (1993, p. 13), “o seu clássico é aquele que não pode lhe ser indiferente e que serve para definir a você próprio em relação e talvez em contraste com ele”.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS: OS CLÁSSICOS EM QUESTÃO

Tentou-se apresentar neste trabalho a discussão sobre a definição dos clássicos a partir da percepção de professores universitários da área de administração, mas tangenciando um percurso crítico sobre as tentativas normativas de definição, que se pretende retomar nestas considerações finais. Nesse percurso, é preciso considerar que esta discussão sobre os clássicos induziu a uma reflexão, para além de sua gênese, sobre a própria produção do conhecimento.

O que se encontrou foi uma variada gama de concepções sobre os clássicos, às vezes divergentes entre os pesquisadores que compõem um mesmo programa de pós-graduação. Desde noções mais instrumentais sobre os clássicos àquelas mais relativistas, encontrando inclusive quem não fosse adepto do uso dos clássicos na “prática” acadêmica. Esses achados indicam que as definições não são padronizadas e que, por isso, tentar aqui prescrever as propriedades clássicas de um clássico seria um sério equívoco epistemológico.

Esse equívoco reside na necessidade de se questionar: quem são os sujeitos? Refere-se a quem são os indivíduos que enunciam tais propriedades, que definem, com base em sua socialização acadêmica (e histórica de vida), os limites simbólicos que diferenciam um clássico de um não-clássico. Cada um dos professores entrevistados apresenta sua trajetória particular que o diferencia, até aqueles que passaram pelo mesmo programa de doutoramento. Suas raízes históricas condicionam seu processo de socialização à medida que se tornam um filtro na seleção e sedimentação dos valores apropriados das instituições

com as quais estavam envolvidos. Portanto, os clássicos são clássicos para cada pessoa, mesmo que sua referência acadêmica seja um campo científico coeso. Cada qual lê um clássico à sua maneira e, da mesma forma, o interpreta com contornos particulares a partir de seus valores, ideologias e crenças, o que pode gerar interpretações diversas de uma mesma obra, até mesmo distintas das que o próprio autor gostaria de alcançar.

Isso pode, inclusive, resultar em um dilema acerca dos clássicos. Da mesma forma que os clássicos podem empoderar e estimular os leitores ao pensamento próprio, autônomo, quase como um quadro de referência universalmente válido (CALVINO, 1993), os clássicos podem também ser objeto de dominação e manipulação devido à apropriação ideológica e intencionada do seu conteúdo (MENEGETTI *et al.*, 2012). Ressaltar este dilema permite relativizar abordagens extremadas sobre os clássicos, diluindo sua sacralização ou demonização para indicar que a questão ou o problema central desse “juízo de valor” está nos indivíduos que os apropriam como verdades ou dogmas.

Com isso, e perante os resultados heterogêneos da pesquisa, corrobora-se a afirmação de Porter (2005) de que não existem propriedades próprias aos clássicos. Como se indicou no início deste artigo, as percepções são os antecedentes primeiros da essência de um clássico. Em outras palavras, o que se quer dizer é que o cerne dos clássicos é a sua condição como representação social e, como tal, é atribuído a ele um papel simbólico. Entretanto, eles são objetivados principalmente pelo fato de que seus leitores ou admiradores reificam o conhecimento que ele expressa. E como reificações, objetivadas no cotidiano dos campos científicos, eles são reciprocamente partilhados pelos indivíduos, que os tornam, por sua vez, tipificações, e podem ser legitimados e naturalizados como clássicos. Se concordarmos com essa construção social (como entendido por Berger e Luckmann, 1996), podemos entendê-los também na qualidade de instituições, parte indissolúvel dos campos científicos.

Por esta via, deve-se concordar com Meneghetti *et al.* (2012, p. 11) ao argumentarem que “os clássicos definem a identidade intelectual de um campo do conhecimento”. Para os autores, o papel dos clássicos de mediar grupos de pesquisadores e suas identificações mútuas na condição de um papel simbólico é uma função ritual, de modo que possibilita a uma determinada comunidade científica compartilhar um senso de história comum. Evidencia-se, assim, um elemento estético que circunda a definição de clássico, o qual orienta os posicionamentos no campo e as identidades, das quais se exteriorizam os discursos e formas de manifestação [cultural] que caracterizam as comunidades científicas.

É válido aqui ainda, mesmo que pontualmente, incrementar estas considerações com os *insights* extraídos da leitura de Grey (2010) acerca da dimensão política dos campos científicos, em que ele discorre sobre a “margem” e o “centro” dos campos. Quem define um posicionamento central e legítimo de uma obra ou autor nos campos? Ou, retomando o objeto da pesquisa, quem define os clássicos? Com base em Grey (2010), argumenta-se que as respostas

a essas perguntas não estão deslocadas de um contexto macropolítico no qual certos atores buscam perpetuar sua condição central e outros se reposicionar no campo. Tornar uma obra e um autor clássicos e, assim, muito difundidos e socialmente reconhecidos, seria uma forma de reproduzir uma condição de centralidade no campo científico. Mas para isso, outros autores e obras precisam se manter não-clássicos para que a “margem” se contenha à margem. É por isso que se constata barreiras significativas para que autores e obras da “margem” se tornem clássicos; trata-se da configuração dos campos e de questões de *status*, e não apenas da relevância da obra ou do autor.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BERGER, P. L., LUCKMANN, T. *A construção social da realidade*. 13ª ed. Tradução: Floriano de Souza Fernandes. Petrópolis: Vozes, 1996.
- CALVINO, I. *Por que ler os clássicos*. Tradução: Nilson Moulin. 2ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- GREY, C. Organizing Studies: Publications, Politics and Polemic. *Organizations Studies*. v. 31, n. 6, p. 677-694, 2010.
- JODELET, D. Representações sociais: um domínio em expansão. In: JODELET, D. (org.). *As Representações sociais*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2002. p. 17-44.
- MARSDEN, R.; TOWNLEY, B. A coruja de Minerva: reflexões sobre a teoria na prática. In: GLECC, S. R.; HARDY, C.; NORD, W. R. (Orgs.) *Handbook de estudos organizacionais*. São Paulo: Atlas, 2001. p. 31-56.
- MARTINS, P. E. M. Revisitando os Clássicos da RAP. *Revista de Administração Pública*. Edição Especial Comemorativa, 49-65, 2007.
- MATTAR, F. *Pesquisa de marketing*. São Paulo: Editora Atlas, 1996.
- MENEGHETTI, F. K.; GUARIDO FILHO, E. R.; AZÊVEDO, A. Por que ler os clássicos em estudos organizacionais. In: Encontro Nacional de Estudos Organizacionais, 2012, Curitiba. *Anais...* Curitiba: Eneo, 2012.
- PORTER, J. L. What is “Classical” about Classical Antiquity? Eight propositions. *Arion*, v. 13, n. 1, p. 27-61, 2005.
- TRIVIÑOS, A. N. S. *Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1987.
- VAN DE VEN, A. H. Nothing is quite so practical as a good theory. *The academy of management review*. v. 14, n. 4, p. 486-489, 1989.

Recebido em: 05/11/2012

Aceito em: 12/12/2012